

Telecracia: a sedução da televisão

Fátima Campos Ferreira

Conferência proferida a 15 de Março de 2007 no âmbito do ciclo de conferências “Encontros de Sta. Helena”.

A minha vinda aqui coincide com um momento curioso. É que na próxima segunda-feira eu vou tratar precisamente da sedução da televisão. O meu próximo programa *Prós e Contras* é sobre a relação entre a televisão, a democracia e a sociedade. É um assunto acutilante, que está permanentemente em equação na sociedade, e é um tema que desperta atenção. A televisão, de facto, tem uma sedução enorme. Ninguém vive hoje sem televisão ou pelo menos sem imagens.

Eu já tenho ouvido políticos, juizes até, afirmarem que se Montesquieu voltasse hoje a desenvolver a sua teoria da separação dos poderes clássicos – os poderes legislativo, executivo e judicial – teria que incluir também todo o processo informativo, porque ele faz parte integrante dos poderes essenciais das sociedades modernas, tal como as conhecemos.

É claro que neste grande universo que é hoje a informação e a opinião, talvez a televisão tenha a maior quota-parte de responsabilidade. A força que lhe advém da articulação da linguagem televisiva assente nos três suportes – a imagem, o som e as palavras – concede-lhe uma influência única em todos os sectores da sociedade. Dito isto, é este o assunto crucial que me proponho falar convosco. Daquilo a que em 1998, e pela primeira vez, o *Nouvel Observateur* designou por telecracia, a propósito do lugar que as televisões concediam ao então primeiro-ministro italiano, Sílvio Berlusconi.

Talvez achem estranho que eu própria, profissional deste meio, jornalista e com responsabilidade na organização e coordenação de

programas que abordam matéria de grande sensibilidade, e que avaliam até áreas tão diferentes como a política, a economia, a educação, a justiça e a cultura, me disponha a vir aqui questionar o trabalho que a televisão nos oferece gratuitamente todos os dias e que absorvemos e observamos mesmo sem darmos por isso. Porque é um processo inconsciente. Mas é talvez porque conheço bastante bem e por dentro a televisão, a sua força e influência na sociedade portuguesa, que acredito que possa mesmo estar bem colocada para vos transmitir esta reflexão.

Estamos a viver fenómenos muito curiosos hoje na sociedade portuguesa e na sociedade ocidental em geral. As democracias, tal como foram concebidas, e os equilíbrios das respectivas instituições estão hoje a ser extremamente abalados por novas realidades, numa teia de interesses, lóbis e até tecnologias, sem que estejamos, para já, a encontrar pontos de equilíbrio estáveis e seguros.

Num primeiro passo, como costumo também dizer aos meus alunos da Universidade Lusófona, é importante que todos consigamos desenvolver um saudável espírito crítico, de forma a podermos seleccionar, compreender e, sobretudo, acompanhar a informação em televisão. Se o conseguirmos, penso que é um grande passo para a emancipação da tão propalada sociedade civil.

O ponto de partida para analisarmos hoje quaisquer dos múltiplos aspectos do áudio-visual, é perceber a sua transformação em autênticos poderes públicos e sociais e a sua influência na generalidade da sociedade. Os audiovisuais são hoje autênticos poderes públicos. Este facto converte-se, creio eu, na chave do desenvolvimento das sociedades modernas. É ela, a televisão, que acaba por legitimar ou deslegitimar em grande parte a gestão dos poderes políticos. Quem domine a formação da opinião pública terá mais poder na sociedade. Esta constatação serve para analisar em maior profundidade a situação em que vivemos e, porventura, para exigir um novo código

ético e legal para os meios de comunicação e, se calhar, até uma verdadeira regulação para a profissão dos jornalistas. Vamos, então, aos factos.

É cada vez maior a concentração dos multimédia. Se repararem bem, hoje poucos grupos económicos dominam os grandes grupos mediáticos, transformando-se em colossais grupos mediáticos. É uma realidade que não é portuguesa, é uma realidade global. A Time Warner, que é o maior grupo mundial de meios de comunicação, concretizou a maior fusão económica mundial, ao unir-se à American Online. A situação é idêntica, por exemplo, em toda a Europa (França, Itália, Espanha e até em Portugal). Há quem diga que, hoje, o *Grande Irmão* de George Orwell não seria o poder político, mas sim o poder mediático. Ou seja, uma boa parte das mensagens que são veiculadas partem dos mesmos mensageiros e têm o mesmo conteúdo. Por outro lado, as dificuldades económicas destes grupos detentores de meios de comunicação são por demais conhecidas, bem como os seus compromissos com os poderes políticos.

Os jornalistas e sua função específica, muitas vezes, são o resultado destas circunstâncias. Em muitos casos os jornalistas são meros assalariados temporários, dependentes das vontades e directrizes dos proprietários dos meios de informação, neste caso das televisões.

Não sei até que ponto a globalização, que à partida deveria facilitar a circulação das ideias, não estará, ela própria, a causar e a colocar, ou, pelo menos, a pôr em causa a liberdade de expressão.

Há ainda o problema das fontes, que também é grave. Os grupos de interesses movimentam-se muito bem nas nossas sociedades e os jornalistas não têm tempo nem meios para investigar, salvo honrosas excepções, é claro, e raras. A maior parte das vezes transmitem-se notícias sem citar as fontes. Claro que o jornalista tem legitimidade para o fazer, mas tenho dúvidas que o processo de investigação, averiguação e cruzamento de fontes seja sempre suficientemente claro.

Todos sabemos de que forma é que estes grupos de interesses, estes lóbis, lutam para controlar a informação. Longe vão os tempos em que eu, jovem jornalista, aprendi que o jornalista deve assumir a notícia, dando a cara e o nome ao espectador, assumindo o compromisso da sua própria credibilidade profissional.

Concomitante a toda esta situação, há outras: as circunstâncias desta profissão e o nível etário das redacções, quase sempre muito jovens, fazem com que a massa crítica não caracterize o dia-a-dia dos meios de comunicação. Mais fragilizados do que nunca, raramente os jornalistas e as televisões conseguem conselhos de redacção consistentes, que assegurem valores e referências éticas. A sofreguidão de chegar à antena, com um produto mais vendável que o do vizinho, é mais forte e vale a estabilidade da estação. Os telejornais, longe de seguirem uma agenda imposta do exterior, definem a sua própria agenda, decidem do interesse público e arrastam consigo o que mais lhes interessa da política, da justiça e da sociedade, sempre seduzidos pela imagem e pela impressão dos testemunhos.

O ponto principal – e dói ter que dizer isto, mas é a verdade – é que o jornalismo, mesmo que de forma inconsciente, também é um negócio. No início, a ideologia do jornalismo acentuava muito mais o lado da missão e do serviço público, mas hoje o jornalismo televisivo parte ao encontro de “estórias” de interesse humano, com uma certa obsessão de as mostrar e de as contar. Procura o escândalo na política, na justiça e na sociedade, o que é fácil de encontrar, mas nunca nos explica como é que nos devemos orientar ou o que está para lá daquilo que na notícia é a cortina de fundo, ou seja, quase nunca temos a notícia contextualizada, cruzada transversalmente com outras situações. Sobretudo na voracidade do quotidiano.

Afinal, até onde é que nos pode levar esta telecracia. É talvez uma das questões mais importantes do mundo actual. Perceber o que se está a passar com a televisão e com o jornalismo pode salvar

a democracia representativa e preservar os seus valores essenciais.

Mas, quanto aos jornalistas, desiludam-se. Há muito que eu não acredito que eles tenham um poder absoluto. Pressente-se um labirinto de pressões subtis na comunicação social, pressente-se uma rede de influências várias em redor dos *media*, há fontes omissas que se escondem covardemente, há as circunstâncias económicas da estação, há a concorrência entre estações e dentro de cada estação. E, por fim, aquela questão complexa que é a de saber qual é a área e o grau de decisão do jornalista e eu acredito que é variável, depende do lugar que ocupa na hierarquia da redacção, o órgão onde trabalha e as condições que lhe são impostas.

O quarto poder, como afirma um colega meu, o Dr. Mário Mesquita, é mesmo um equívoco. Os jornalistas precisam de recuperar o essencial do seu capital. Uma carreira é constituída por créditos de anos de trabalho, trabalho silencioso, metuculoso e sério. Hoje, esta máxima com que me fiz jornalista está, de certa forma, em vias de extinção.

Penso que, seja qual for o meio em que desenvolvamos o nosso trabalho, é nessa máxima de credibilidade que temos e que deveríamos investir. Vencer todos estes poderes que se movem nos bastidores da comunicação social, e da televisão em particular, é um desafio com que todos nós jornalistas sonhamos.

Pela minha parte, devo dizer que tenho tido, apesar de tudo, o privilégio de trabalhar no serviço público de televisão, tenho vivido circunstâncias diversas, mas sou consciente de que, apesar de todas as contingências, consigo trabalhar num ambiente de autonomia e liberdade, condicionado por um código de valores deontológicos e éticos. Coordeno e apresento um debate semanal, que obriga a uma grande produção de televisão e que, dentro do que se pode exigir a um espaço televisivo, aborda temas e matérias em profundidade. É uma janela de liberdade sobre a sociedade. Trata os assuntos can-

dentes, fazendo todos os esforços para manter a maior abrangência possível com a preocupação de fazer representar a sociedade relativa ao assunto em debate. Tenho orgulho em dizê-lo, o *Prós e Contras* é hoje uma âncora da sociedade e uma marca do serviço público de televisão, graças ao esforço de uma equipa empenhada, corajosa e resiliente.

Apesar do quadro que eu tracei ao longo destes minutos e de estar convencida que é necessária uma reflexão profunda e que a situação não é de forma a melhorar a qualidade da democracia nem a aperfeiçoá-la, estou convencida que seriam necessários diferentes códigos éticos, sem os quais o nosso futuro como povos identitários e soberanos pode mesmo estar ameaçado.

Quero também afirmar, apesar disto tudo, que considero que a televisão é a tal caixa mágica de prazer e progresso que mudou as nossas vidas. Também quero acreditar que é possível construí-la com objectivos de qualidade. Eu, pelo menos, luto por isso todas as semanas. Como disse o poeta Sebastião da Gama (e com estas palavras termino) *“pelo sonho é que vamos”*. E eu ainda acredito no sonho.